



# Anais da Assembléia

Nº 85

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 1997  
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tachy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Chamada Nominal requerida pelo Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni e Romanelli.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Garcia) - Procede a Chamada Nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Verificado o número legal dos Senhores Deputados para o prosseguimento da sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1201**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 009/96 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a anexação do Distrito de Vila Gandhi, situado no Município de Primeiro de Maio ao Município de Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO Nº 1191**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja dispensado de publicação e redação final do Projeto de Lei nº 206/97, autoria do Poder Executivo, Men-

sagem nº 018/97, que objetiva ajuste orçamentário ao orçamento geral de Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652 de 27 de dezembro de 1966, no valor de R\$ 7.440.986,00.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 1179**

Senhor Presidente,

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, REQUER, Votos de Congratulações ao Senhor Adriano Romera, residente e domiciliado no Município de Arapongas-PR, por ocasião do recebimento do Prêmio de Honra ao Mérito da Federação das Indústrias do Paraná.

Requer ainda que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Rua Eufremios, 837, 7º andar, Edifício Charmila - Centro - CEP: 86.701-230, Arapongas-PR, aos cuidados do Senhor Adriano Romera, Presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

**JUSTIFICATIVA:**

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), entregou no último dia 26, nesta capital, o Prêmio de Honra ao Mérito ao Empresário Adriano Romera, Presidente do Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas. Destacamos que esta é a primeira vez que um empresário do interior recebe tal prêmio.

A referida Honraria vem a ser o reconhecimento dos empresários paranaenses pelo muito que contribuiu a Simbal-Sociedade Industrial de Móveis de Arapongas para nosso Estado.

Essa justa homenagem vem também resgatar o valioso trabalho do grande empreendedor Adriano Romera e sua família, que com competência investiram na profissionalização da mão-de-obra, colaborando com a geração de empregos no Município de Arapongas, contribuindo assim, cada vez mais com seu desenvolvimento.

Hoje a Simbal é a maior indústria de móveis do país, sendo o orgulho dos araponguenses e paranaenses.

**REQUERIMENTO Nº 1181**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, Voto de Congratulações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alusivos ao cinquentenário da instituição.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquele Tribunal, Excelentíssimo Senhor Artagão de Mattos Leão, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Nossa Senhora de Salete s/nº, CEP: 80530-910, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

**REQUERIMENTO Nº 118**

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao Casal Jurandir e Jovina dos Santos que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1188

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, Votos de Louvor, Congratulações e muito Aplauso ao Casal Teodoro e Shirley Diginski que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o Amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 1193

Senhor Presidente,

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão Votos de Louvor ao Jornal Diário Popular, através de seu Diretor Abdo Aref Kudri pela realização da tradicional promoção "Chuteira de Ouro" - 21ª edição que visa homenagear com a entrega de troféus para os melhores do Paraná, no próximo dia 09.06.97.

Contando com o apoio dos nobres pares para o requerido, do aprovado, Requer também seja comunicado ao Senhor Abdo Aref Kudri - DD, Diretor do Diário Popular - no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, nº 1190 - Alto da XV - Curitiba-Paraná - CEP: 80.060-000.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) RICARDO CHAB

## REQUERIMENTO Nº 1195

Senhor Presidente,

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da presente sessão Votos de Congratulações ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná - representado pela pessoa de seu Presidente - Conselheiro Artagão de Mattos Leão; de seu vice-Presidente - Conselheiro João Feder, de seu Corregedor Geral - Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira e de seus Conselheiros: Rafael Iatauro, Nestor Baptista, Quiêse Crisóstomo da Silva, Henrique Nageboreh - (aos quais solicita seja enviado expediente) - pelo transcurso de seu cinquentenário de criação transcorrido nesta data. Relembrar a história do TCE/PR, é traçar um caminho de crescimento, progresso, aprimoramento atualizado contínua e interrupta, eis que, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná foi instituído pelo Decreto de Lei nº 627, de 02 de junho de 1947, baixado pelo então Governador Moysés Lupion, em atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, inciso IV, do Decreto de Lei Federal nº 1202, de 8 de abril de 1939. A elaboração da primeira Lei Orgânica do Tribunal de Contas teve por responsável, seguindo incumbência delegada, Ney Leprevost.

Em sua configuração original, o Tribunal de Contas era constituído por um Conselho Deliberativo, composto de cinco juízes, um Coro Instrutivo, formado por Secretaria, Diretoria de Fiscalização da Execução do Orçamento, Diretoria Revisora de Contas e uma Representação da Fazenda. O TCE paranaense veio substituir o Conselho Administrativo do Estado, presidido, na época, por Carvalho Chaves e integrado por Aló Guimarães, Caio Graccho Machado Lima e Hostílio Araújo, ocasião em que também foi extinto o Departamento das Municipalidades e incorporada ao Tribunal a Diretoria de Tomada de Contas (Comissão Revisora de Contas) da Secretaria da Fazenda, sendo igualmente absorvidos seus funcionários pelo órgão recém-criado, dentro dos limites fixados em lei.

Na sequência, foi aprovado o Regulamento do Tribunal de Contas, conforme o disposto no Decreto Lei nº 673, de 9 de julho de 1947 (Diário Oficial do Estado do Paraná nº 109, de 10 de julho de 1947). Com o advento do novo Estatuto Público Estadual, inseriu-se a criação do Tribunal de Contas na Constituição do Paraná, de 12 de julho de 1947, consoante o exposto em seu artigo 36.

Hoje o TCP é considerado como modelo para a América Latina pelo Banco Mundial e é um dos poucos do país que promove auditorias internacionais em programas financiados pelo Banco Mundial e Banco Interamericano para o Desenvolvimento. Nos demais estados, estas auditorias são efetuadas por empresas particulares pagas com recursos dos próprios programas. Atualmente são auditados os programas Corredores Rodoviários, Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano, Qualidade de Ensino e Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba.

Com o aval do Banco Mundial, o Tribunal está propondo a transformação do órgão num centro de excelência para capacitação e auditores para os países latinos. Com a ampliação contínua de suas atividades, o TC vem cumprindo suas atribuições constitucionais na fiscalização das obras públicas, no controle da dívida ativa do Estado, na expansão dos programas de auditoria internacional e na efetiva ação de controle junto aos órgãos públicos da área estadual e municipal.

O papel do Tribunal é representado atualmente pelo julgamento anual de mais de 35 mil processos, onde se destacam: contas do governo estadual, execução orçamentária e patrimonial de 251 entidades estaduais, análise e julgamento das contas de 399 prefeituras e câmaras; análise e julgamento das contas de 22 empresas de economia mista, 13 fundos estaduais, 38 autarquias, três empresas públicas e seis órgãos de regime especial; análise e julgamento de 10 mil processos de auxílios e convênios, 3.500 de subvenções e 9.500 de adiantamento, e análise da legalidade dos atos de admissão de pessoal, aposentadoria e pensões da administração direta e indireta.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) RICARDO CHAB

## REQUERIMENTO Nº 1199

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos de Voto de Congratulações à edição estadual do jornal Folha de Londrina, denominada Folha do Paraná.

Requer ainda, que a decisão do Plenário seja comunicada aos diretores no veículo, João Antonio Vieira Filho (Superintendente) e Regina Krack Teixeira (Regional).

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) BETO RICHIA

## JUSTIFICATIVA:

Finalmente, a Folha de Londrina assume seu papel preponderante na imprensa paranaense. Com sua edição estadual, a Folha do Paraná chega renovada, apesar dos 50 anos de atividade da nossa tão estimada Folha de Londrina. As novas tendências da imprensa contemporânea, com ênfase no jornalismo abrangente, moderno e confiável, estão presentes nesta nova edição permeada de novas cores, grafismos e um estilo arrojado.

No mês de seu aniversário, quem ganha um presente especial é o leitor, que passa agora a contar com mais informação nas páginas da Folha do Paraná. Neste momento de festa, esta Casa de Leis deve prestar uma homenagem à Folha de Londrina, pois todos nós, legisladores e leitores fiéis, somos os maiores beneficiados pela chegada da Folha do Paraná, que já começa com toda a experiência acumulada nestes 50 anos de atividade jornalística.

## REQUERIMENTO Nº 1202

Senhor Presidente,

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, REQUER, Votos de Congratulações à Equipe Masculina de

Futebol de Campo do Colégio Estadual Lysímaco Ferreira da Costa do Município de Paranapoema-PR, pela ocasião da conquista da 1ª colocação no Jogos Escolares da Região Noroeste.

Requer ainda, que seja dada ciência, através de correspondência a ser enviada à Rua Cambuí, 316 - CEP: 87680-000, Paranapoema-PR, aos cuidados da Senhora Neusa dos Santos de Carvalho, Diretora do referido Colégio.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

# REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando o seguinte:

- urgentes providências no sentido de determinar à ADEJA - Associação dos Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos, imediatamente regularização dos pagamentos aos servidores contratados para trabalhar nas escolas públicas estaduais como serventes e auxiliares administrativos;
- informar a esta Casa que tipo de contrato foi firmado com a ADEJA;
- informar a esta Casa quais os critérios usados pelo Estado para escolha da ADEJA, como intermediadora para contratação de pessoal;
- quem é responsável pelo atraso no pagamento, o Estado ou a Associação?
- informar, ainda a quem compete as responsabilidades sociais e trabalhistas.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, Senhor Presidente, se fundamenta nos reclamos de diversas escolas da rede Estadual de Ensino Público, em especial das diretoras, entre elas, a que enviou a este Deputado Fax que onde relata a angustiante situação vivida pelas serventes e auxiliares administrativos que, até o dia 22.05 último, ainda não haviam recebido o pagamento referente ao mês de abril, fato que vem se repetindo mês a mês. Relata, ainda a diretora que tem ligado para a ADEJA e, quando o telefone atende, a pessoa diz que o núcleo é responsável pelo atraso. Liga para o núcleo, recebe a informação que a culpa é da ADEJA. Outras vezes culpa-se a SEED pela falta de repasse de verba. Informa ainda, que, embora o pagamento venha com atraso, o cheque e o recibo têm sido entregues com a data do dia do vencimento.

Finalmente, Senhor Presidente, a mesma Diretora me enviou cópia de um artigo do Jornal Sindicato de 30 de agosto de 96, onde, sob o título de "Lerner Precariza Relações de Trabalho", o jornal, já naquela época denunciava "a fachada" das ADEJAS e suas irregularidades. Em anexo cópia da referida matéria.

Desta forma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para ver esta questão esclarecida e a situação dos servidores regularizadas, peço aprovação ao presente requerimento.

# REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de verificar o que vem realmente acontecendo em relação a entrega de correspondências na Rua 8 - Sítio Cercado. Ocorre que em 25/03 do corrente, solicitamos a implantação de tal serviço, porém recebemos resposta desse Correio (cópia anexa) de que solicitássemos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba a organização e denominação oficial das vias públicas naquele local uma vez que se encontravam desorganizadas. Assim o fizemos e recebemos resposta da PMC que tal informação não procede (cópia anexa), conforme listagem fornecida por essa Empresa. Face o exposto, solicitamos uma análise dessa situação e uma solução para o problema, uma vez que

Curitiba, segunda, em 02.06.97

este serviço de utilidade pública está fazendo muita falta para a população.

Sala das Sessões, em 02.06.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

OF/SUDIT/GEOPE/DR/PR-0045/97

REF.OF/LCM/AL/13.993/97

Curitiba, 27 de março de 1997.

Senhor Deputado,

Em atenção ao documento referenciado, informamos que na Vila Osternack as ruas não são denominadas oficialmente e as numerações estão desordenadas, o que inviabiliza no momento o cadastramento para inclusão em roteiro definitivo de distribuição de correspondência.

Com o objetivo de possibilitar estudos para implantação da distribuição por carteiros naquela vila, solicitamos a V.Exa. interceder junto à Prefeitura Municipal de Curitiba, no sentido de que sejam adotadas providências visando organizar e denominar oficialmente as vias públicas naquele local.

Em caráter precário, estamos efetuando a distribuição de correspondências, nessa região, uma vez por semana.

Na oportunidade, renovamos nossos protestos de estima e consideração.

ROBERVAL BORGES CORRÊA  
Diretor Regional do Paraná

Exmo. Sr.

Luiz Carlos Martins

Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Praça Nossa Senhora da Salete, s/n - Centro Cívico  
80530-911 - Curitiba - PR.

Exmo Sr.

Dr. Cássio Taniguchi

D.D. Prefeito Municipal

NESTA CAPITAL

Senhor Prefeito:

Pelo presente, nos termos da legislação em vigor, solicitamos providências de V.Exa. por parte do órgão componente da municipalidade, no sentido de denominar oficialmente e colocar em ordem a numeração das ruas da Vila Osternack, Sítio Cercado. O pedido está sendo feito pelos moradores, tendo em vista que para a entrega de correspondências, a prefeitura terá que regularizar a situação do local, conforme cópia do ofício, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em anexo. Para maiores informações, recomendamos contato, com a Sra. Divina Teixeira, pelo telefone 348-3263.

Sala das Sessões, em 01.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Deputado Estadual

Resposta da Prefeitura em 29.04.97

"Todas as Ruas da Vila Osternack (Bairro Sítio Cercado), são denominadas oficialmente pela Portaria nº 020/85, conforme fls. 03, 04 e 05, em anexo. A informação fornecida pelo Correio não procede, uma vez que todas as ruas possuem CEP próprio, conforme dados manuscritos nas mesmas fls. 03, 04 e 05. Estes dados foram retirados da listagem de CEP fornecida pelo Correio. No dia 09.04.97, foi solicitado ao CPD um relatório completo das ruas que compõem a Vila Osternack, para que possamos efetuar vistoria no local e corrigirmos a numeração predial, onde será feito levantamento de placas para constatar a necessidade de implantação.

Outrossim, encaminhamos em anexo a fl. 06 cópia da Planta do loteamento e a fl. 07 cópia da Prancha Cadastral" (SMU/UCT).

# REQUERIMENTO Nº 1189

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o

douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Armando Martinho Bardou Raggio, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de medicamentos aos Postos de Saúde e Hospital do Município de Rio Azul.

A presente solicitação visa suprir a falta de medicamentos nos locais de atendimento médico, oferecer condições de tratamento às pessoas carentes que não possuem nenhuma condição financeira para realizar um tratamento de saúde, devido o alto custo dos medicamentos.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1190

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Sra. Fani Lerner, Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para o PROVOPAR Municipal de Fernandes Pinheiro.

Trata-se da única Entidade Assistencial do município, que é recém criado, foi desmembrado do Município de Teixeira Soares, estando na sua primeira administração e vem encontrando sérias dificuldades para o atendimento às pessoas carentes. O PROVOPAR deste município mantém uma creche e dois clubes de mães, prestando também, atendimento aos adolescentes menores abandonados.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 1196

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, envio de expediente ao DETRAN, ao Senhor César Franco, solicitando a liberação de recursos para o Projeto de Sinalização de Ruas e Avenidas no Município de Barracão.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) ADEMAR TRAIANO.

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação contida no presente requerimento, justifica-se pela grave situação financeira que o município enfrenta e que tem inviabilizado a execução de qualquer obra neste sentido. A Prefeitura Municipal, através de seu departamento técnico, já elaborou um Projeto de Sinalização de Ruas e Avenidas do Município de Barracão, com custos bastante reduzidos. Apesar disto, o município não dispõe dos recursos necessários para a sua execução.

Paralelamente, a inexistência de sinalização, tanto horizontal quanto vertical, das principais ruas e avenidas de Barracão, vem colocando em risco a segurança dos motoristas e pedestres, que se envolvem em constantes acidentes. Neste sentido, torna-se imprescindível a execução do Projeto, sob pena de inviabilizar completamente o trânsito naquele município.

Neste sentido, contamos com o apoio dos demais Pares, para a aprovação do presente Requerimento, para que a população de Barracão possa receber mais este benefício.

#### REQUERIMENTO Nº 1197

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Superintendente da Fundepar, Segismundo Morgenstern, solicitando a construção de uma Usina de Conhecimento no Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) ADEMAR LUIZ TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O Programa Usina de Conhecimento, é de fundamental importância para a comunidade estudantil da região de Francisco Beltrão, em função da inexistência de infraestrutura adequada de apoio ao ensino básico e secundário.

Com a implantação deste Programa no município, toda a região passará a contar com um espaço voltado à produção de conhecimento, oferecendo à comunidade uma no-

va perspectiva de formação complementar por meio da Educação não Formal.

Sendo assim, contamos com o apoio dos demais Pares, no sentido de que aprovelem o presente Requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1200

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, fazendo os seguintes questionamentos:

- 1) Qual é o valor do investimento da empresa RENAULT na instalação de sua montadora em São José dos Pinhais?
- 2) Qual a participação de recursos públicos que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento?
- 3) Qual é o valor da participação de capital privado que o Governo do Estado garantiu ao empreendimento, e quais são os grupos que já manifestaram interesse?
- 4) Qual foi a extensão da renúncia fiscal, ou dilação de prazo, que o Estado do Paraná deu ao empreendimento, compreendendo valor e período, e em que Lei se baseou?
- 5) De qual dotação orçamentária o Governo do Estado retirou recursos para compra de terreno em São José dos Pinhais?
- 6) Como pretende o Governo do Estado evitar o dispositivo da Lei Federal 8.666/93, que veda doação pelo Estado?
- 7) Se já foi ou estão sendo realizados estudos de Impacto Ambiental, visto que aquela área é considerada de preservação permanente, por causa dos mananciais?
- 8) Qual o critério usado para estabelecer o preço de compra por metro quadrado da área doada a RENAULT?
- 9) Qual a empresa ou instituição que realizou a avaliação na área doada. A Procuradoria Geral do Estado fez a avaliação?
- 10) Qual é o saldo do Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE), que tem como agente financeiro o Banco do Estado do Paraná?
- 11) Qual será o investimento da COPEL e SANEPAR para atender a montadora?
- 12) As tarifas a serem cobradas pela COPEL e SANEPAR da montadora da RENAULT serão subsidiadas?
- 13) Qual é a participação do Senhor Carlos Alberto de Oliveira Andrade, do grupo CAO, importador da RENAULT no Brasil, no empreendimento?

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

Apoiamento: Orlando Pessuti, Irineu Colombo, Nereu Moura, Sâmis da Silva, Doutor Rosinha e Toti Colaço.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 238/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Bairro Alto, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos do Bairro Alto, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada pelos moradores do Bairro Alto, com objetivos de desenvolver programas de interesse dos moradores e da comunidade em geral, gratuitamente, e sem nenhuma discriminação. Está registrada sob nº 13.827, no I Ofício de Registro de Títulos e Documentos, e inscrita no CGC/MF sob nº 00.062.662/0001-96, estando em pleno e regular funcionamento, em atendimento ao disposto em seu estatuto.

Além das finalidades acima referidas, a Associação, tem por objetivos a organização e desenvolvimento de programas e projetos educacionais, assistenciais, culturais, voltados ao atendimento de crianças e adolescentes carentes, idosos e do adulto carente, cooperando desta forma com entidades congêneres e órgãos públicos.

Para o cumprimento de seus objetivos e da manutenção de sua política de ação, a Associação, mantém estreito

relacionamento com organismos públicos e outras instituições congêneres.

Como todos sabemos, que não há justiça sem lei e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para ajudar na solução dos enormes problemas que aflige a classe menos favorecida, seria propor a esta Casa de Leis, a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 239/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Evangélica El Shaddai, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA.

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Evangélica El Shaddai, que ora pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi criada em 6 de fevereiro de 1987, está registrada sob nº 0446 do Livro "A" registro de Pessoas Jurídicas, inscrita no CGC/MF sob nº 79.965.810/0001-32, tendo por objetivos, a Evangelização, a Assistência Social, a Educação e a Cultura, através de desenvolvimento de Programas nesta área, visando o atendimento da pessoa carente e seu desenvolvimento integral.

A Comunidade Evangélica El Shaddai, não tem fins lucrativos, prestando seus serviços a comunidade gratuitamente, em atendimento ao disposto em seu Estatuto, inclusive, sem fazer nenhum tipo de discriminação.

Além das finalidades da Instituição, também desenvolve trabalhos na organização de entidades de cunho Assistencial, Educacional e Cultural, em perfeito entrosamento com Instituições públicas e privadas, desenvolvendo programas de interesse comum.

Para o cumprimento de seus objetivos e manutenção de sua política de ação, a Instituição mantém estreito relacionamento com entidades congêneres e organismos públicos.

Como todos sabemos, não há justiça sem a lei, e portanto, o mínimo que poderíamos fazer para minimizar o problema dos menos favorecidos, seria propor a esta conceituada Casa de Leis, a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 240/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Beneficente São Roque, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação São Roque desenvolve intenso trabalho social, voltado principalmente para as pessoas carentes que são portadoras de hanseníase. São pessoas, em geral mutiladas pelos efeitos da doença e dessa forma incapacitadas para o trabalho.

Juntamente com a Comunidade Religiosa do Hospital São Roque é feito o atendimento de aproximadamente 800 (oitocentas) famílias, através da distribuição de cestas de alimentos, de auxílio para construção de moradias (material de construção e mão-de-obra).

No início do ano é feita a distribuição de material escolar para os filhos dessas famílias. No que respeita aos doentes internados no Hospital São Roque, uma equipe de voluntárias leva a estes o apoio moral e espiritual e, ainda, promove reuniões de confraternização, na Páscoa, São João, Festa de São Roque e Natal, na própria instituição hospitalar.

O Trabalho desenvolvido é voluntário e nenhuma ajuda é recebida do Poder Público.

PROJETO DE LEI Nº 241/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Recuperação Maranata, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) SÂMIS DA SILVA.

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Recuperação Maranata tem por finalidade a recuperação de jovens e adultos dependentes de álcool e drogas, servindo desinteressadamente a coletividade e não recebendo seus mantenedores quaisquer tipo de remuneração a título de salário ou gratificação.

Criada através da Igreja da comunidade, e atualmente contando com 18 internos, já prestou atendimento há mais de 70 pessoas, auxiliando-as em sua recuperação, com trabalhos de terapia ocupacional e desenvolvimento da prática religiosa, o que vem trazendo excelentes resultados, uma vez que a Casa de Recuperação continua a prestar assistência após o tratamento.

PROJETO DE LEI Nº 242/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedada a prática de Rafting (descida em corredeiras com botes infláveis), realizado por clubes, associações, sociedades recreativas ou esportivas, ou ainda qualquer pessoa jurídica que promova, sem licença da Confederação Brasileira de Canoagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) SÂMIS DA SILVA.

JUSTIFICATIVA:

Rafting é uma prática esportiva que consiste em descer rios e corredeiras em botes infláveis, sendo uma atividade que está em grande crescimento no Brasil, principalmente no Estado do Paraná, devido a sua potencialidade em termos de rios e corredeiras.

Assim sendo, um número considerável de empresas têm se estabelecido no Estado, procurando explorar comercialmente a atividade. Entretanto, a realização dessa modalidade esportiva como lazer e a sua promoção como atividade turística, sem a devida segurança, torna-se uma prática de alto risco e não pode ser desenvolvida por pessoas que não tenham experiência e treinamento, pois colocaria em perigo suas vidas, bem como as dos clientes ou praticantes comuns. Ora, sendo dever do Estado zelar pela vida, pela saúde e pela integridade das pessoas, o presente Projeto de Lei visa equacionar o desejo freqüente de praticar tal esporte aos sadios princípios e normas de segurança que devem nortear tal atividade.

Dessa forma como a Confederação Brasileira de Canoagem dispõe de regulamento para a prática do desporto, inclusive seguindo normas de segurança a nível internacional, torna-se qualificada para normatizar a atividade.

PROJETO DE LEI Nº 243/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de São Braz, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária São Braz é mantenedora da Creche Jesus Criança, atuante há quatro anos, acolhendo crianças de famílias de baixa renda, em período integral, propiciando-lhes atendimento nutricional, de saúde, pedagógico e espiritual, dando condições desta forma, para que seus pais trabalhem para o sustento e promoção de suas famílias.

Esta obra tem sido mantida basicamente pelo trabalho de abnegadas voluntárias e recursos vindos da Comunidade.



São mantidas dez funcionárias contratadas para que se propicie um atendimento condizente.

Conhecedores que somos da nossa realidade social, merece incentivo e viabilidade para seu pleno funcionamento, num apoio conjunto da sociedade, igreja e homens públicos de boa vontade com o objetivo de construir um Brasil mais humano, justo e fraterno.

Diante do exposto e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente Plano de Lei atende os requisitos exigidos pela Lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

# PROJETO DE LEI Nº 244/97

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - A substituição tributária nas operações mercantis subsequentes, conforme estabelecido no artigo 150, parágrafo 7º e 155, XII, "b", da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87/96, ocorre nas seguintes condições:

I - nas operações internas e interestaduais impulsivadas pelos contribuintes substituídos em direção do consumidor.

II - na importação de mercadorias com destino ao consumidor final.

Art. 2º - Não ocorre a substituição tributária:

I - nas operações mercantis entre contribuintes substituídos da mercadoria;

II - nas operações onde a mercadoria seja utilizada como matéria prima;

III - quando não houver operação subsequente a ser realizada pelo adquirente da mercadoria.

Art. 3º - São contribuintes substituídos:

I - o industrial em relação às mercadorias que produzir;

II - o importador em relação às mercadorias por ele importadas;

III - o comerciante atacadista localizado em outro Estado, em relação às mercadorias recebidas com substituição tributária, destinadas a revendedores localizados no Estado do Paraná.

Art. 4º - São contribuintes e revendedores atacadistas e varejistas situados no território paranaense.

Parágrafo Único - Não são contribuintes substituídos e substituídos as pessoas físicas e jurídicas que não pratiquem com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial da mercadoria, objeto da substituição tributária, tais como: associações, sindicatos, escolas, etc...

Art. 5º - A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será sempre o preço de venda ao consumidor, que poderá ser obtido das seguintes formas:

I - quando houver o preço único ou máximo fixado por órgão público competente, a base de cálculo será este valor;

II - quando não existe preço único ou máximo fixado por órgão público competente, a base de cálculo será estabelecida de acordo com os preços usualmente praticados no mercado consumidor paranaense;

III - quando for desconhecido o preço usualmente praticado no mercado consumidor, a base de cálculo será o preço sugerido pelo fabricante.

§ 1º - Os preços usualmente praticados no mercado consumidor paranaense, será obtido em no mínimo sete maiores municípios do Estado mediante levantamento por amostragem, com a participação das entidades representativas da categoria econômica, adotando-se a média ponderada de preços coletados, que fixarão o valor mais próximo da realidade.

§ 2º - O resultado desta pesquisa, bem como o preço praticado no mercado consumidor paranaense, será publicado no Diário Oficial do Estado para observância de todos os contribuintes substituídos e substituídos.

§ 3º - O preço de sugestão do fabricante será aplicado na ausência do preço fixado por autoridade competente que fixe o valor praticado no mercado consumidor.

Art. 6º - Caberá ao contribuinte substituído, caso não

ocorra operação mercantil subsequente no mesmo valor da base de retenção na fonte, a restituição ou a complementação das quantias pagas em excesso ou com insuficiência.

§ 1º - O contribuinte substituído, para determinar o valor a restituir ou a complementar, deverá elaborar demonstrativo mensal detalhado contendo o número da nota fiscal do fornecedor, a base de cálculo de retenção por unidade de produto, o número da nota fiscal da sua venda, o valor da operação comercial por unidade de produto, a diferença entre a base de cálculo de retenção com o valor da operação comercial e por último, o imposto a restituir.

§ 2º - Se houver imposto a complementar, este será levando o débito pelo contribuinte substituído na sua escrita fiscal.

§ 3º - Se houver restituição, o contribuinte poderá formular o pedido junto à Secretaria da Fazenda, cujo processo será instruído com o demonstrativo citado no § 1º, obtendo antes o visto prévio da entidade representativa da categoria econômica, que fará a pré-conferência da postulação.

§ 4º - Não havendo deliberação no prazo de 90 (noventa) dias sobre o pedido de restituição, o contribuinte substituído poderá se creditar em sua escrita fiscal do valor objeto do pedido, devidamente atualizado.

§ 5º - Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irreversível, o contribuinte substituído, no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados e ao pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

Art. 7º - Não sendo possível a compensação do crédito fiscal objeto da restituição na escrita fiscal, o contribuinte substituído poderá transferir este valor ao substituído ou outro fornecedor, a seu critério, nos seguintes termos e condições:

I - deverá emitir documento fiscal para efetuar a respectiva transferência submetendo ao visto prévio da fiscalização estadual, o que deverá ocorrer em cinco dias da data do pedido de transferência;

II - o contribuinte substituído levará a débito na sua escrita fiscal o valor da transferência, o recebedor levará a crédito e restituirá em dinheiro a respectiva importância.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará a aplicação desta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa melhorar a qualidade do sistema de arrecadação do ICMS mediante os seguintes objetivos principais:

a) simplificar o referido sistema de arrecadação tributária através do mecanismo fonte, promovendo a economia para o fisco e o contribuinte;

b) dificultar a sonegação fiscal e as injustiças por ela criada;

c) instituir um sistema de tributação justo, com mensuração dos fatos geradores futuros o mais próximo da realidade;

d) evitar as manobras de cálculos fantasiosos de contribuintes substituídos, com intuito de diminuir a evasão fiscal;

e) instituir a restituição ou a complementação do ICMS pago na fonte, de forma imediata e preferencial.

O Projeto representa o início de um processo mais justo e necessário, pois permite correção das distorções da aplicação do regime de tributação na fonte do ICMS, adequando a legislação paranaense à Lei Complementar nº 87/96.

Um exemplo da necessidade de implementação de um sistema justo, seria mensurar o fato gerador futuro do tributo em questão o mais próximo da realidade de mercado,

ou seja, que a base de cálculo da retenção fosse o preço de venda ao consumidor.

Quando se usa fórmulas matemáticas para estimar o preço da mercadoria no mercado consumidor, como acontece hoje, o fisco tem mensurado o preço das futuras operações a serem realizadas pelos contribuintes substituídos totalmente dissociado da realidade.

Nos dias atuais, no caso da cerveja, o fisco tem presumido o preço de venda a varejo de duas maneiras, a saber: a primeira adiciona um percentual de 70% sobre o preço do produto no mercado atacadista; a segunda adiciona um percentual de 140% sobre o preço do fabricante. Tem se verificado na prática que nenhuma das duas fórmulas apresenta realidade nos negócios mercantis futuros; a primeira superestima a margem, enquanto a segunda subestima.

Vê-se então, que nenhuma das duas fórmulas representa a mensuração próxima ao preço de venda ou varejo.

Outra questão importante a ser salientada, sobretudo em razão do princípio da legalidade, seria determinar em lei as situações em que cabem a substituição tributária nas operações mercantis subsequentes; quem são os contribuintes substituídos ou substituídos na obrigação tributária. Os produtos sujeitos ao regime de arrecadação, evitando-se desta forma que se legisle sobre a matéria reservada à lei, com, intuito de arrecadar imposto.

Como o ICMS deve ser arrecadado na fonte pelo industrial ou atacadista, por conta das futuras operações não raras vezes pode não coincidir com a realidade dos negócios, ou seja, o preço estimado pode ser diferente do preço de venda ao consumidor, ou ainda, pode ocorrer a inutilização ou deterioração deste produto antes de chegar ao consumidor.

Nestes casos, a Lei deve determinar a restituição ou complementação do imposto ao contribuinte substituído, de forma imediata e preferencial, como medida de seriedade nas relações entre contribuinte e o ente tributante.

A Lei visa ainda determinar as obrigações fiscais acessórias na restituição ou complementação do ICMS, de forma uniforme para todos os contribuintes substituídos na obrigação tributária, onde fique bem claro a necessidade de restituição ou complementação.

A proposta de Lei ora apresentada à consideração deste Parlamento, põe fim a uma série de discussões judiciais em torno da matéria, evitando-se o desgaste na relação Estado do Paraná X Contribuinte, do Judiciário para com a Sociedade que dele necessita, e regulariza o sistema de arrecadação responsável por cerca de 30% da arrecadação estadual do ICMS.

A proposta, enfim, propõe uma solução para o problema, ajusta as desigualdades existentes entre o Estado e o Contribuinte, e ao mesmo tempo, combate a sonegação dos maus contribuintes, aprimorando a justiça fiscal.

PROJETO DE LEI Nº 245/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**  
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97  
(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 06 de novembro de 1974, e presta atendimento à muitas famílias carentes, as quais necessitam de auxílio desta Associação, tendo em vista que as mesmas não possuem condições financeiras para proporcionar uma qualidade de vida mínima às suas famílias, colocando assim seus filhos em condições desfavoráveis para que possam se desenvolver como crianças realmente saudáveis.

Pelo motivo acima exposto, e pelo relevante serviço que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 246/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**  
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.97  
(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores Uberaba de Baixo, que presta relevantes serviços à população do Bairro de Uberaba de Baixo e bairros circunvizinhos.

A associação se propõe a atender as necessidades dos moradores na área de educação, saúde, lazer, transporte e segurança e representá-los perante as autoridades municipais, estaduais e federais nas suas reivindicações mais justas e prioritárias.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.  
Declinado, passamos ao Horário das Lideranças: PDT, PSDB, PFL, PT, PL, PTB, PPB. (Todos declinam).  
Com a palavra o PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Nos últimos dias, Senhor Presidente, Senhores Deputados, trava-se uma discussão no Estado do Paraná, no que diz respeito a empréstimos externos pleiteados pelo Governo do Estado.

Discussão essa que levou, inclusive, o Governador Jaime Lerner, no dia de ontem, na televisão, a proceder acusações diretas e pessoais contra os Senadores Roberto Reguão e Osmar Dias.

Acredito que as medidas necessárias estão sendo providenciadas, o direito de resposta é natural, cada um conta a sua versão do fato, mas é indiscutível que temos fatos que precisam ser apresentados ao Estado do Paraná.

Tenho percebido que a distribuição, por exemplo, do cidadão e Secretário Joni Varisco, numa carta aberta à população do Paraná, enumerando o andamento do pedido de empréstimo na Câmara Federal, e essa carta aberta para começar, omite dados que não podem ser omitidos.

Portanto, não reproduz a verdade, quando diz, por exemplo, que houve uma solicitação, através de Requerimento pedindo informações complementares, para tramitação da matéria no dia 03 de dezembro, e que no dia 03 de dezembro foi encaminhada em diligência ao governo, e que no dia 05 de dezembro o governo respondeu todas as perguntas. Não é verdade! Não é verdade, porque não respondeu, tanto que o Requerimento era pedido de juntada dos documentos da Renault.

E, eu no dia de hoje, Senhores Parlamentares, não quero tecer críticas nem a favor, nem contra. Vamos discutir apenas a questão da legalidade, que parece-me deixa de envolver exclusivamente aos Senadores, ao Governador, mas passa a envolver o Estado do Paraná, que é um Estado de cada um de nós, porque os atos cometidos na questão desse empréstimo transpõem as fronteiras do Estado do Paraná, e começa a se discutir isso a nível nacional numa referência negativa ao nosso Estado.

E, parece-me, data vênica, me desculpem companheiros da base de apoio ao governo, está sendo uma vez mal orientado o Governo do Estado na forma de procedimento para esse empréstimo.

Veio o cidadão Joni Varisco propondo uma ação popular junto ao Tribunal Superior Federal. O que isso vai fazer, meus companheiros? Vai levar uma discussão a nível nacional comprometendo o nome do Estado do Paraná. Segundo, em qualquer local pode-se discutir isso, entre os governantes, governo com ministro, governo com prefeito,



com vereador, com população, com qualquer pessoa, menos. Deputado Horácio, numa ação do Supremo Tribunal Federal porque isto o Supremo Tribunal Federal, se lá chegasse esta ação iria fulminá-la imediatamente. Por que? Porque o artigo 37 da Constituição diz: a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e Distrito Federal ou Municípios, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade dos atos públicos, portanto, ninguém mais do que o Supremo Tribunal Federal sabe que qualquer documento público tem que ser transparente e publicado, vale a desculpa para efeitos internos de economia interna, de instalar mais uma, instalar mais outra, não contar o segredo para o adversário, vale até chegar no Tribunal porque na hora que chegar ao Tribunal acontece o que aconteceu no Governo do Rio Grande do Sul, que por uma solicitação dos Deputados do PT na Assembléia foi obrigado via Justiça a se mostrar os documentos que é evidente que não se pode ter segredo quando se utilizam as verbas públicas.

Em segundo lugar, vamos para o artigo 52 da Constituição nos seus incisos 5, 6, 7, 8, e 9. Competência do Senado Federal. Compete exclusivamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, fixar por propostas do Presidente os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dispor sobre os limites globais e condições para operação de crédito externo e interno da União, dos Estados e dos Municípios, dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União, estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados.

O que quero dizer com isso, sem nenhuma acusação, é que está se fazendo uma grande cascata em cima disso, ninguém vai fazer ação popular nenhuma, não existe embasamento para ação popular, o que está se fazendo é tentar envolver a opinião pública, numa história mal contada, pois bem, vamos tentar diferente, também queremos que saiam os empréstimos necessários ao Governo do Paraná, achamos que devam sair, afinal de contas o Paraná é o nosso Estado. Qual o caminho mais curto? O caminho mais curto é mostrar ao Senado o documento que ele está pedindo, ora, ninguém está trancando nada, não existe competência dos Senadores para dar ou não dar autorização de empréstimo, existe competência para solicitar documento, apresentado este documento, automaticamente criará responsabilidade, inclusive daqueles que solicitaram e sendo atendido na sua solicitação, votar favorável, então acredito, Senhores, não podemos pagar esta questão de birra ou será que este documento ao ser apresentado vale o Paraná perder mais de 700 milhões

Deputado Rosinha, estamos perdendo de arrumar um empréstimo de 700 milhões por não mostrarmos um papel, mas que loucura tem neste papel que pode até comprometer até ao ponto de levar o Governador a ir para rádio e televisão no horário nobre, no meio do Fantástico para questionar a não aprovação? No entanto, existiria um caminho bem mais rápido, propõe a Comissão de Economia do Senado, que por sinal o Senador Requião não faz parte, que por sinal só requereu apresentação disso para o "Paraná 12 Meses", nos outros 2 empréstimos foram 27 Senadores que por unanimidade, na Comissão de Finanças solicitaram a apresentação de documentação, ora, acho, e o Deputado Pessuti, isso vamos fazer, um grande abaixo-assinado no Paraná pedindo, é lógico, que se faça uma solicitação ao Governador Jaime Lerner que apresente os documentos, mostre documentos, que este é o caminho mais curto para concessão dos empréstimos que está se pedindo.

O Sr. Dr. Rosinha - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Me dediquei, Deputado Caíto Quintana, a ler a respeito de tudo o que saiu sobre as montadoras que vêm para o nosso Estado, fiz isto ao longo do dia e quero fazer algumas observações. A primeira delas é publicações oficiais; o terreno doado importa em cerca de 10 milhões e duzentos mil; a terraplanagem, por perto de 12 milhões, mais infra-estrutura toda por perto de 18 milhões, isenção do IPTU e taxas de limpeza pública e taxas de melhoria por dez anos. Só aí já se vão vários milhões. Se pegarmos o investimento da Renault

divulgado pelo próprio Governador de um bilhão, sendo que o Paraná entrará com 400 milhões, se analisarmos a Ata que foi publicada são dez anos sem juros e correção monetária para pagar esses 400 milhões. Se pegarmos o juro do BNDES que é dado para as indústrias de 12,5% o menor juro e 17,5% o maior, em um o Paraná perde duas vezes este montante e no outro perde 4 vezes em 10 anos, se deixarmos por três anos ele perde um bilhão e duzentos milhões de reais em 10 anos. Ainda, 48 meses de isenção de ICMS e depois do quadragésimo nono em diante, negociação. De acordo com a Gazeta Mercantil, não são cálculos deste Deputado, são um bilhão e duzentos milhões no mínimo perdendo para a Renault.

Então, daí podemos fazer uma conta simples, dois bilhões e quatrocentos milhões de reais em 10 anos. Isto se investir no micro, no pequeno empresário, no médio empresário, teremos a criação de milhares de empregos e um retorno econômico para o nosso Estado muito maior do que se está fazendo com a Renault. Não estou calculando os danos ambientais, não estou calculando o pátio da Renault, construído no Porto de Paranaguá. E dizem que é muito mais do que isto, do que o que saiu na imprensa, porque o que estou falando é o que saiu oficialmente no Diário Oficial e na imprensa como informações do governo.

Portanto, o Governador deve estar entregando o Estado do Paraná, a curto espaço de tempo, para uma empresa. Não é à toa que ela fechou na Bélgica para vir para cá. A troca de mil e quinhentos empregos poderíamos, se investido isto nas pequenas empresas, como falei, na agro-indústria, na pequena e média, teríamos a criação de pelo menos dez mil empregos com este montante.

O Sr. Horácio Rodrigues - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Acho, Deputado Caíto, que é o momento de se elucidarem coisas. Estou encarninhando ao Sr. Presidente da Assembléia um convite ao Governador do Estado, ao Senador Osmar Dias e ao Senador Roberto Requião de Mello e Silva, para que venham aqui na Assembléia, que é o pulmão por onde respira politicamente o Paraná, venham explicar como pode se fazer superar esta situação. Estou achando que quem não deve não teme, de ambos, de todos os lados.

Então, o meu aparte é para dizer a V. Exa. que peço o apoio também do seu Partido, para que convidemos os Senadores e o Governador a virem à Assembléia, o fórum legítimo, para podermos discutir esta questão.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não tenha dúvida, Deputado Horácio, e quero uma vez mais registrar aqui, que não estou analisando a questão Renault, Chrysler, Audi e tantas outras, os benefícios ou não que gerem ao Estado do Paraná.

Acho que estamos vivendo um momento que precisamos, como disse o Deputado Horácio, elucidar a questão dos empréstimos. Na minha visão, Deputado Rossoni, o empréstimo com o Banco Japonês já foi, não é? Porque no dia 29 era a data de viagem para assinatura, não tendo autorização, possivelmente tenhamos sido excluídos. E acho que nenhuma, nenhuma estratégia, principalmente agora que as empresas já estão instaladas, protocolo de intenção assinado, nenhuma estratégia vale o sufoco de não termos a concessão desses empréstimos concedidos.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Caíto, acredito realmente que este é o momento de pensarmos no Paraná, mas gostaria que Vossa Excelência fizesse comigo aqui uma reflexão, porque acredito que Vossa Excelência está vendo muito o lado da questão e do seu posicionamento do seu grupo político. O que queremos, nós que falamos em nome do Governador Jaime Lerner, o que queremos é que o Paraná tenha o mesmo tratamento que os outros Estados. Por que não o Senado da República exigir de todos os Estados a abertura do protocolo? Ora, o Governador Jaime Lerner vem de longa data tendo este posicionamento, dizendo que se todos os

Estados abrirem, está a disposição o protocolo da Renault e das outras montadoras que estão se instalando no Paraná. Está fácil, é uma ação não discriminatória do Senado, exigindo do Estado do Rio Grande do Sul, e dos outros Estados também um protocolo, que o Paraná abra também o seu protocolo. O que não conseguimos aceitar é que na mesma sessão do Senado, quando foi aprovado os empréstimos para outros Estados, sobre a mesma alegação, da não abertura do protocolo das montadoras, não foi aprovado os empréstimos para o Paraná.

Ora, Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência fica impaciente, mas acredito que Vossa Excelência tem que ouvir também o que estamos sentindo a falta desses recursos. E Vossa Excelência sabe muito bem, que se o Senado da República quiser ter uma atitude corretíssima ele deve exigir de todos os Estados brasileiros. Por que não tomar essa atitude, e encerrar com essa novela, e não fazermos com que a população do Paraná pague por essas desavenças? É este o meu posicionamento, que para mim interessa muito mais os recursos para os pequenos agricultores, do que qualquer outras questões políticas.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concorde Deputado Rossoni com Vossa Excelência, acontece que o Senado não tem competência para determinar a abertura de protocolos dos Estados, salvo no instante em que o Estado está requerendo no Senado, e só o Estado do Paraná está fazendo empréstimo Deputado Rossoni. Aliás, isso é uma coisa que tem que ser justificado também à opinião pública. O Estado de São Paulo fez uma arrolagem da dívida, diferente, não foi empréstimo, rolagem da dívida, que aliás o Estado do Paraná vai fazer também agora nos primeiros meses, não é empréstimo novo, rolagem de dívida. O Estado do Rio Grande do Sul teve que apresentar na justiça. Acho Deputado: "TSE encontra distorções no contrato da GM do Rio Grande do Sul". Essas coisas todas começam exatamente a nos preocupar. Concorde com Vossa Excelência quando penso só de um lado. Quem é que pode nos fazer pensar num outro lado? O Governo do Estado, mostrando que afinal é inverídica a nossa preocupação. Mas quando vejo Deputado, o balanço da Renault publicado no Diário Oficial da União, e esse balanço diz que já houve um prejuízo em 96, de cinquenta centavos por ação. Bem, vamos admitir o seguinte: não começou a funcionar, a empresa ainda então está dando um prejuízo. Se é um bom negócio pode dar prejuízo, não tem importância. Mas vamos ver aqui em baixo, quem são os acionistas dessa Renault do Brasil, 40% é o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná. Quer dizer, com ações sem direito a voto, 40% do capital de uma empresa se instalando no Brasil é do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, e o resto donde vem? Item 10: em 12 de março de 1996 foi firmado um protocolo entre a Renault do Brasil e o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, pelo qual a companhia recebe recursos a título de empréstimo, com prazo de vencimento de dez anos sem juro e nem atualização monetária, início de pagamento de 2006. Quer dizer, compramos 40% das ações, emprestamos dinheiro por dez anos, sem juros, nem correção monetária, para começar a receber em 2006. Como é que vamos justificar no Senado, Deputado Romanelli, que nós com uma mão damos trezentos milhões sem juros nem correção monetária, com carência de dez anos, e, no outro lado, pedimos emprestado 176, e pagando juros e correção monetária, e comprometendo a capacidade de investimento do Estado.

Acho que essas coisas precisam ser discutidas, sim. E agradeço, Deputado Horácio, se Vossa Excelência conseguir que possamos ver uma discussão.

Me comprometo de pressionar, em cima, dos nossos companheiros de Partido, Senadores, que autorizem o empréstimo para o Paraná, se conseguirmos provar, que esses empréstimos não correspondem a possibilidade de que, amanhã, o Paraná possa ser visto como hoje está sendo visto Alagoas, declarando a sua falência, porque o Senado não está autorizando nem sequer a rolagem da dívida.

É um momento de responsabilidade? É. E, nesse momento de responsabilidade, faço minha as suas palavras. Vamos jogar limpo, de todas as partes! Vamos pressionar em cima dos Senadores, afinal, se eles estão trabalhando

contra os interesses do Paraná, vamos fazer que isso fique claro! Mas por outro lado, vamos colocar também a responsabilidade de quem tem que mostrar: olha não é assim como vocês estão dizendo. Os protocolos estão aqui, e podemos avaliá-los à luz do direito.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Caíto, Vossa Excelência faz desta tribuna um brilhante pronunciamento, e verifiquei, inclusive, nos apartes, especialmente do Deputado Rossoni, que falta a ele fundamentação para defender a posição do Governo do Estado do Paraná, o que é lamentável até para o próprio Governador Lerner: não ter aqui nesta Casa alguém para defender as suas posições.

O SR. Valdir Rossoni - Isso é próprio de quem não tem educação.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Um técnico de alto nível da Secretaria da Fazenda esteve na Comissão de Constituição e Justiça do Estado do Paraná, e afirmou com todas as letras, que os escritórios de consultoria e de advocacia de São Paulo, que prestam assessoria às empresas montadoras de automóveis, dispõem das informações privilegiadas, que todos os estados fornecem em relação à incentivos que elas poderiam dar. Ou seja, apenas os lobistas, aqueles, que profissionalmente vivem disso, é que dispõem das informações que cotejam, e que daí oferecem às empresas montadoras quais são as melhores condições.

Ou seja, é só aqui, nesta Casa, e o povo paranaense que paga impostos, que não tem acesso às informações, porque há aqueles a quem interessa, esses sabem tudo, como são os comparativos que podemos verificar.

Inclusive, Deputado Caíto, quero crer, que, hoje, vimos na televisão mais um desmentido àqueles que aqui nesta Casa, afirmaram que as letras, os títulos públicos, os emitidos pelos Estados, seriam honrados. Hoje, está aí o BANESTADO com um "mico" de cem milhões de reais no Fundo de Investimento do BANESTADO, que comprou os títulos de Alagoas e da Cidade de Osasco e que agora não vai receber esse dinheiro.

Quero ver como é que vai se portar o nobre Líder do Governo, aqui, desta Casa, que com tanta ênfase defende a compra dos títulos públicos do Estado de Alagoas e de Osasco.

dos títulos públicos do Estado de Alagoas e de Osasco.

Quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que certamente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encaminhei um requerimento da Bancada do PMDB, com a assinatura de vários Parlamentares da Bancada do PT, que é a reiteração do Pedido de Informação sobre a Renault, e queremos votar esse requerimento para que a sociedade paranaense por inteira, conheça quais são os termos da venda desta montadora.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Senhor Presidente, só desejaria deixar como sugestão, que se cortasse, para evitar que o Estado do Paraná seja, fora das nossas fronteiras, comentado, de forma pejorativa até, pela indução que está se fazendo, desta bendita ação popular, que não vai chegar a lugar nenhum. Mas, se persistirem nisso nos tragam uma lista, que vamos ajudar a colher assinaturas para que, ao chegar no Supremo, o Supremo diga que o Senado da República está, única e exclusivamente, cumprindo a sua missão ao solicitar informações para autorizar financiamentos.

Muito obrigado.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só gostaria de anunciar aqui a presença do Vereador Nelson Ricardo, da Cidade de Antonina que nos dá alegria e nos honra com a sua presença aqui. Junto com ele está o Pastor Iolando Maciel, da Cidade de Antonina, homem honrado e muito querido na cidade, basta dizer que quatro dos nove vereadores da Cidade de Antonina são membros da igreja que o Pastor Iolando Maciel preside.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, só gostaria

de registrar aqui, lamentavelmente o posicionamento e o tratamento que o nobre Parlamentar Romanelli tem dado a esta liderança. Na sessão passada o Deputado Romanelli, faltando com a educação me chamou de mentiroso. Hoje o Deputado Romanelli tece comentários, que não são questões para que ele venha aqui dar o seu parecer.

Quero registrar aqui neste momento, lamentar a atitude do Deputado Romanelli, porque pelo menos o respeito com este Parlamentar acho que seria muito importante.

Reconheço a minha origem humilde, reconheço os meus posicionamentos, mas tenho algo acima de tudo, Senhor Presidente, respeito ao ser humano.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu até por uma questão que obviamente vi que o Deputado Rossoni, ficou ofendido pessoalmente, em absoluto estou falando aqui do Deputado Rossoni, estou falando do Líder do Governo. De maneira alguma quero atacar o Deputado Valdir Rossoni, que é merecedor de meu respeito. Se ele entendeu desta forma quero, publicamente, pedir desculpas ao Deputado Valdir Rossoni. Agora estou me referindo a figura política que representa o governo, é o Governo Jaime Lerner que não tem argumentos para fundamentar a questão da concessão dos incentivos das montadoras. Não é o Deputado Rossoni, é o Governo Jaime Lerner.

Desculpe-me Valdir Rossoni, se entendeu que era uma questão pessoal com ele.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 332/96, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Padre Luiz Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 332/96

##### REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Funda-

ção Educacional Padre Luiz Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.05.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei nº 472/96, que declara de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI Nº 472/96

##### REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Assistencial Mãe da Divina Providência, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.05.97

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 553/96, que declara de Utilidade Pública o Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina, com sede e foro nesta Capital. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

##### PROJETO DE LEI Nº 553/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Cultura Italiana Paraná/Santa Catarina, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM Nº 04

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/97, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Educandário Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro no Município de Francisco Alves. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi II, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/97, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Ação Social Municipal de São Pedro do Iguaçu e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2º DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/97, que objetiva ajuste orçamentário ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652 de 27 de dezembro de 1966, no valor de R\$ 7.440.986,00. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA**

C.C.J. E C.F. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/97, autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores de Barreirinha - ABEMBAR, com sede e foro nesta Capital, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 89/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a ABEMBAR, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a matéria e por estar de acordo com a Lei 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que impeça sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 13.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/97, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Sagrada Família, com sede e foro no Município de Cianorte, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 120/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edno Guimarães tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Sagrada Família de Cianorte.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e técnica legislativa, constatamos haver erros na denominação da entidade.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 06.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 120/97

Art. 1º - Fica corrigido o "caput" do art. 1º, do Projeto de Lei 120/97, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Sagrada Família, com sede e foro no Município de Cianorte."

Sala das Comissões, em 13.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/97, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Luz e Amor Maior, com sede e foro na cidade e Comarca de Corbélia, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., COM EMENDA DA C.C.J., Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 142/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Sociedade Espírita Luz e Amor Maior", com sede e foro na cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.97.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente propositura visa conceder a Sociedade Espírita Luz e Amor Maior, de Guaraniáçu, neste Estado, o benefício da Utilidade Pública na esfera estadual, em consideração aos altos propósitos da Entidade.

A resolução legislativa pretendida propiciará a supracitada sociedade, condições de melhor desenvolver os seus ditames estatutários.

À vista disso, rogo aos nobres Parlamentares para a aprovação da presente proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 142/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elío Lino Rusch tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Luz e Amor Maior, com sede e foro na Cidade e Comarca de Corbélia, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da Emenda anexa.

Esté é o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
PROJETO DE LEI Nº 142/97

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Luz e Amor Maior, com sede e foro no Município de Guaraniáçu - Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/97, de autoria do Deputado Remy Borsatto, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro à Rua Desembargador Benvido Valente nº 130, nesta Capital, COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., COM EMENDA DA C.C.J., Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 157/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Remy Borsatto que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.97.  
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 157/97

PARECER:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento e Apoio à Criança - ADAC, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

#### ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/97, de autoria do Deputado Duffio Genari, que declara de Utilidade Pública a Creche Lions Ledi Maas, com sede e for na cidade de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 55, de 22.04.97).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 175/97

#### PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Duffio Genari tem por objetivo declara de Utilidade Pública a Creche Lions Ledi Maas de Toledo.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional e por estar de acordo com a Lei nº 6994/78 que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nos manifestamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 1201, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1179 e 1202, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1176, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, respeitando a intenção do Deputado Rosinha, eu queria pedir vênia a esta Casa em razão de que já existe uma Comissão formada para acompanhamento da questão Estrada do Colono. Já houve uma manifestação da Justiça inclusive cassando a liminar existente na Estrada do Colono. Já há parece-me, uma nova Ação, pedindo a revisão dessa cassação.

Gostaria Deputado Rosinha, que V.Exa., ao invés de encaminhar na Assembléia, nós termos uma conversa com a Comissão, para que nós pudéssemos dar o encaminhamento da melhor forma possível, respeitando os sentimentos de 2 regiões do Paraná que seguramente não participariam dessa discussão no Plenário e também para que nós pudéssemos juntos participar de um grande debate com eles para buscarmos uma solução para este assunto.

Peço vênia a V.Exa. na retirada do requerimento, e se assim não ocorrer pediria aos companheiros que nos ajudassem na rejeição.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu como subscritor do Requerimento, solicito a V. Exa. deixá-lo para a votação de amanhã, porque assim conseguirei conversar com o Deputado Caíto Quintana, para poder ver um encaminhamento para esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Requerimento está em fase de votação, não pode ser adiado, entretanto, como estamos entre amigos aqui, nós transferimos para amanhã.

Requerimento nº 1180, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão

para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1181, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1186 a 1188, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1191, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1193 e 1195, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1196 e 1197, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1199, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1200, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Senhores Deputados Nereu Moura, Sâmis da Silva, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

A Mesa, regimentalmente tinha que considerar esse requerimento prejudicado porque várias vezes já foram solicitadas essas informações e o requerimento tinha que ter 28 assinaturas. Mas como a Casa tem um regime democrático, vamos submeter a votos.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento conservem-se como estão.

O SR. LUIZ C. ROMANELLI - Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se.

7 Senhores Deputados aprovam.

26 Senhores Deputados rejeitam.

O Requerimento está **Rejeitado.**

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem) - Só para registrar a presença com muita satisfação do Deputado Federal Waldomiro Merger que está presente nessa Sessão, gostaríamos muito de agradecer o Deputado Waldomiro pela sua presença e esta Casa se sente engrandecida. Da mesma forma do Prefeito de São José das Palmeiras, o nosso Prefeito Didi. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 077/96.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 569/96 e 093/97;

e do Projeto de Resolução nº 011/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 089, 120, 142, 157 e 175/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 011 e 012/97.

Levanta-se a sessão.